

**ATA DA 117ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OPERAÇÃO URBANA CENTRO**

Realizada em 29 de outubro de 2014 / horário: 10 h  
Rua Líbero Badaró 504 / sala 104 / 10º andar do Condomínio Martinelli / SP – URBANISMO

**com correções solicitadas pela AVC \_ março de 2015**

## Representantes Presentes

### 1. SÃO PAULO URBANISMO – SP URBANISMO

**Gustavo Partezani Rodrigues** - representante titular

**Eneida Heck** – representante suplente

### 2. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**Tereza Beatriz Ribeiro Herling** - representante titular

### 3. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

**Lia Mayumi** - representante titular

**Valdir Arruda** - representante suplente

### 4. ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO - AVC

**Marco Antonio Ramos de Almeida** - representante titular

### 5. MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

**Suely Mandelbaum** - representante suplente

### 6. FEBRABAN

**Celso Oxando** - representante suplente

## Demais Participantes

SP URBANISMO / **Luis Eduardo Surian Brettas** - SDP - DDE / **Vladimir Avila / Jair Zanelato** - GOU / DGF/ **Cristiana G P Rodrigues / André de Paula Andreis / Luana M Pereira** / SDP / DDE  
CET - **Rosana Novaes Coelho**  
ONG Reporte Brasil - **Sabrina Duran**

Às 10 h:25', atendido o "quorum" regimental, o representante da SP - Urbanismo na Comissão Executiva (CE) da OU Centro, Gustavo Partezani Rodrigues, abriu esta 117ª reunião ordinária, anunciando que os trabalhos atenderão a ordem da pauta proposta, conforme a sequência, abaixo:

### 1. Ordem do dia

#### Aprovação da ata da 116ª reunião ordinária

### 2. Informações sobre projetos da Área Central.

**2.1 Apresentação do projeto de requalificação para o largo Sete de Setembro, proposto pelo Tribunal de Justiça de São Paulo;**

**2.2 Apresentação do protótipo do piso para a requalificação do calçamento e projeto piloto para a Rua Sete de abril**

### 3. Assuntos Diversos

Gustavo Partezani Rodrigues colocou que os projetos apresentados em reuniões da CE não avançam no ritmo das reuniões mensais - motivo pelo qual não houve a reunião do mês passado - pois há necessidade de preparação do material a ser apresentado, pelo menos com 15 dias de antecedência e, portanto, sugeriu que as reuniões sejam bimestrais. Não houve desdobramento dessa questão.

Com relação ao item 1, acima, Eneida Heck informou que, após a divulgação do texto da ata da 116ª reunião ordinária à CE foram recebidas as contribuições de Regina Maiello Villela do Grupo de Trabalho Técnico (GTT) da OU Centro, representante da SMT CET, ora incorporadas no texto apresentado na tela. A Coordenação colocou em votação a ata da 116ª reunião ordinária que foi aprovada pelos representantes da CE, presentes.

Gustavo Partezani Rodrigues comentou que a CET poderá apresentar o Plano Cicloviário na reunião de novembro e apresentou uma síntese dos temas a serem abordados nesta reunião, justificando a importância de sua inclusão na pauta. Informou que o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo procurou a SP - Urbanismo com intuito de contribuir com

**ATA DA 117ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OPERAÇÃO URBANA CENTRO**

Realizada em 29 de outubro de 2014 / horário: 10 h  
Rua Líbero Badaró 504 / sala 104 / 10º andar do Condomínio Martinelli / SP – URBANISMO

**com correções solicitadas pela AVC \_ março de 2015**

a cidade apresentou a proposta de um projeto de recuperação do Largo Sete de Setembro, situado junto ao Fórum da Praça João Mendes. Informou que a proposta apresentada alinha-se aos estudos já realizados pela SP - Urbanismo, direcionando o uso de espaços públicos pelos cidadãos. Sobre o segundo tema comentou que é a continuidade do tema, apresentado na reunião passada (116ª), para apresentar os avanços dos estudos, pesquisas e propostas para as áreas do calçadão da Região Central. Para apresentação de ambos os temas, passou a palavra ao Arqº Luis Eduardo Surian Brettas, o Dado, que iniciou a apresentação descrevendo a situação na qual se encontra o Largo 7 de setembro e destacou os aspectos da degradação da área e a necessidade de sua recuperação. Descreveu a conformação atual do Largo com suas principais características, representativas da época em que foi reformado pela EMURB, no final da década de 1970. Ressaltou a viabilidade de implementação da obra, adequando-a ao modelo semelhante de um projeto já existente na SP - Urbanismo, no qual está proposto o rebaixamento do canteiro, melhorando as condições e criando novas áreas de convivência, utilizando o espaço que possui uma ventilação do Metrô. Relatou que depois de várias reuniões para análise do projeto foi estimado um montante de recursos, para o qual não há previsão de disponibilidade pela PMSP e, para tanto, surgiu a alternativa dos recursos financeiros serem disponibilizados pelo Tribunal, por meio de arrecadação através dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), não dispensando o Termo de Permissão de Uso (TPU), a ser emitido pela Sub Sé com uma contrapartida pelo uso do espaço público, bem como uma negociação e aprovação do Metrô.

Gustavo Partezani Rodrigues propôs uma rodada de esclarecimentos, antes do segundo tema. Resumindo, ressaltou que a proposta tem poucos elementos arquitetônicos; considerou a necessidade de recuperação ou restauro do piso existente, pois não seria viável substituí-lo. Destacou que o rebaixamento dos canteiros dependerá de uma análise da situação de cada árvore existente - sobre as condições de suas raízes e caules - e quanto à proposta de intervenção nos cercados e muretas do Metrô reafirmou que haverá a necessidade de autorização do mesmo. Ressaltou que a identidade da proposta é a de atrair as pessoas para o uso do espaço público, o que vem ao encontro das diretrizes de SP- Urbanismo. Reafirmou que os recursos de obras destinados à Sub Sé são insuficientes para implementar o projeto, sendo portanto necessária a assimilação dos custos pelo Tribunal. Dado complementou a apresentação informando sobre a criação de uma linha de drenagem paralela à fachada do fórum de forma a manter as espécies arbóreas, liberando os canteiros. Marco Antonio Ramos de Almeida pediu esclarecimento sobre mesas, quiosques existentes e qual será o tipo de gestão, para o que Dado respondeu que a ideia é adotar o modelo dos quiosques para sapateiros, café, criando assim uma área de convivência. Quanto à competência, Dado reafirmou que a gestão será municipal, através do TPU da Sub Sé.

Lia Mayumi pediu informação sobre o contrato do projeto executivo do Vale do Anhangabaú, a respeito do valor e empresa escolhida e perguntou se as diretrizes do DPH foram contempladas. Dado respondeu que todas as diretrizes foram incorporadas; foram fundamentais e bem vindas, complementando que a empresa escolhida é da cidade de Curitiba, **PJJ Malucelli Arquitetura** e o valor do contrato foi de 2,093 milhões.

Respondendo à pergunta de Marco Antonio Ramos de Almeida sobre o desenvolvimento e etapas do Projeto do Vale, Dado respondeu que a coordenação será feita pela SP - Urbanismo, que realizará as interações com a equipe vencedora do projeto, para fornecer o máximo de informações relevantes e que o objetivo é que o projeto final seja entregue completo. Na fase conclusiva, no 6º ou 7º mês de execução contratual do projeto, se houver consenso poderá ser iniciada a licitação da obra. Sobre isso, Gustavo Partezani Rodrigues informou que a Lei 8666/1993 obriga que se tenha o Projeto Básico, detalhado com toda estrutura, infraestrutura, paisagismo, da forma que constou do caderno de referências do edital. O detalhamento de engenharia, com as sugestões acatadas; premissas; desenvolvimento do piso para todo o Vale, bem como o estudo específico sobre a laje do Anhangabaú. Há a previsibilidade de que a obra seja entregue por etapas definidas.

Marco Antonio Ramos de Almeida comentou que entende que Projeto Básico seja diferente de Projeto Executivo e do Projeto de Gestão, tal como o próprio nome já indica, e que básico indica apenas o que será feito como básico. Além disso considerou que o caderno de referências do edital é superficial, não atendendo ao que seria um Projeto Básico, e menos ainda a um Projeto Executivo. Sobre isso Dado informou que há a necessidade de se atentar para receber o produto do Projeto Básico conforme especificado na Lei 8666/1993, para que não ocorra a menor dúvida sobre os serviços e os elementos construtivos, que possibilitarão a licitação da obra, sendo que ficará para o Projeto Executivo o detalhamento, como por exemplo, de como se fixar uma cantoneira.

Gustavo Partezani Rodrigues informou que numa das últimas reuniões, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sugeriu que contratássemos o Projeto Executivo, mas acabamos seguindo as especificações da Lei 8666/1993 para o conteúdo de um Projeto Básico. Segundo ele, é preciso compreender o termo básico nos parâmetros elencados pela Lei 8666/1993, que, inclusive, exige um orçamento completo para execução das obras que compõem o projeto.

Marco Antonio Ramos de Almeida perguntou se haverá acesso às plantas desse projeto, para saber, por exemplo, onde se poderá circular e como serão resolvidos os problemas de acessibilidade, e mais uma série de questões. Considerou que será

**ATA DA 117ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OPERAÇÃO URBANA CENTRO**

Realizada em 29 de outubro de 2014 / horário: 10 h  
Rua Líbero Badaró 504 / sala 104 / 10º andar do Condomínio Martinelli / SP – URBANISMO

**com correções solicitadas pela AVC \_ março de 2015**

muito importante a escolha e definição prévias de um sistema de gestão, adequado à escala do Vale. Dado respondeu que consta como exigência do contrato a entrega de uma proposta de gestão, e que tudo indica que será preciso alterações de leis, motivo pelo qual o tema passará a ser trabalhado a partir de agora. O objetivo é chegar ao final do projeto com o projeto de gestão definido e, assim, não iniciar a obra sem a resposta sobre o modelo de gestão.

Lia Mayumi perguntou se haverá integração de piso da área do Anhangabaú com a área pedestrianizada. Gustavo Partezani Rodrigues disse que foi contratado o Projeto Básico e o detalhamento do Executivo - que inclui detalhamento construtivo de toda a obra civil, material de infraestrutura e acabamento; iluminação, sem especificação de marcas - finalizando com o projeto de modelo de gestão, respeitadas todas as competências municipais. Numa 1ª etapa, assim que for recebido o plano de trabalho, este será divulgado e caberá sua apresentação em próximas reuniões da CE.

Suely Mandelbaum perguntou qual a participação efetiva da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) e sua posição quanto à preservação das palmeiras do Vale do Anhangabaú. Dado respondeu que todo o manejo das espécies arbóreas foi devidamente autorizado pela SVMA e pelo Condephaat, no intuito de melhoria da qualidade ambiental - esclareceu que toda árvore indicada à remoção teve uma avaliação devidamente aprovada pelos órgãos, e que existem espécies arbóreas invasoras que acabaram por degradar o espaço dos jardins, que necessitam de remoção - mas, que deverão ter seu manejo adequado e devidamente compensado, conforme o que a lei exige. Dado prosseguiu atualizando as informações sobre o calçadão. Disse que avançou o desenvolvimento da proposta de piso junto à ABCP, atingindo o estágio de especificação técnica, nos quesitos de qualidade exigida pela PMSP. Foi realizado o desenvolvimento de protótipos dos blocos para o piso, com rugosidade, com controle de drenagem e da absorção de água. Ressaltou que se objetiva um piso que atenda a capacidade de carga de 20 toneladas para evitar deformação, que resista a carga de veículos pesados, mas sem perder o foco de que se trata de um pavimento feito para pedestres. Lembrou ainda que será agregada ao piso uma propriedade fotocatalítica, onde o dióxido de titânio reage com NO<sup>2</sup>, com o objetivo principal de haja uma reação para a eliminação de matéria orgânica que por ventura venha a penetrar no piso. Medições da CETESB, que deverá monitorar a área, marcarão a evolução da qualidade ambiental. Completou a informação dizendo que os estudos provam que, em períodos de até 7 anos de uso, esta propriedade continuará atuando, podendo ainda ser renovada por pulverização.

Além disso, Dado informou que a execução e manutenção do piso necessitam de ferramentas especiais; a coleta de lixo passará pela implementação dos containers enterrados, mecanizado e sem conexão de energia. O acesso de veículos nas áreas de circulação do calçadão será feito por balizadores hidráulicos, acionados por controle remoto e com acesso controlado para os ônibus e cargas especiais. E, a drenagem será feita por calha de condução submersa, executada por concreto de polímeros, sem rugosidade, colhendo de forma direta as águas dos edifícios, sem correr sobre o pavimento do calçadão. Gustavo Partezani Rodrigues destacou que, como existe variação de largura das ruas, a dimensão das caixas e o número de calhas contínuas poderá variar conforme a necessidade de dimensionamento em função do volume das águas de chuva a ser coletado. Quanto à implantação de grelhas metálicas disse que não são viáveis, dada a má prática do roubo desses elementos, principalmente, no Centro.

Dado relatou que foi realizada reunião com as concessionárias, onde foi especificado que haverá pelo menos uma profundidade para a rede de 19 cm, abaixo do piso. Disse que foi pensada organização e atendimento aos fluxos de serviços, mas priorizando o pedestre, de forma a setorizar e organizar o espaço público com mais qualidade de vida. Há a preocupação da melhoria da iluminação pública; criação de áreas de convivência com harmonia entre o uso de veículos e pessoas, criando um circuito direcional para pessoas com deficiência. Quanto o uso da bicicleta este será permitido e controlado na convivência com o pedestre, mas sem pintura de ciclofaixas. Destacou a proposta de implantar as tampas de acesso às caixas de serviços rebaixadas, com preenchimento com o mesmo material da superfície. A drenagem terá uma linha direcional, podendo ser realizada a manutenção, sem deixar cicatrizes no piso.

A proposta de realizar um projeto piloto, conforme estudado e acordado com a CET, foi a de fechar a Rua Sete de Abril até a Rua Marconi, e implantar o piso "padrão"; a drenagem e as linhas de serviços, de forma a atender a logística de carga e descarga, e como via preferencial à circulação do pedestre. Marco Antonio Ramos de Almeida questionou o fato de se fechar essa rua, se hoje ela está aberta, e porquê não escolher uma área que já existe como calçadão. Gustavo Partezani Rodrigues respondeu que a ideia do calçadão é que tenha um trânsito restrito, com tráfego aberto, sem guia e sarjeta. Considerou o local oportuno para ser adotado como projeto piloto. Dado respondeu que os estudos de circulação e análise técnica fazem da opção dada pela CET viável. Contou que foram mapeados: o uso, a infraestrutura, os problemas de acessibilidade, o volume de lixo, a percepção das pessoas. Foi uma forma de incorporar a Rua Sete de Abril na área do calçadão e conseguir resultados com todas as interfaces de órgãos municipais, concessionárias para, a partir do projeto piloto, implementar o projeto em toda a área do calçadão.

Valdir Arruda comentou que a paginação do piso proposta incomoda visualmente, além de não direcionar fluxos - diante de tantas demandas, pedestres, patins, veículos - não prestando para sua organização. Nos bons exemplos internacionais de

**ATA DA 117ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OPERAÇÃO URBANA CENTRO**

Realizada em 29 de outubro de 2014 / horário: 10 h  
Rua Líbero Badaró 504 / sala 104 / 10º andar do Condomínio Martinelli / SP – URBANISMO

**com correções solicitadas pela AVC \_ março de 2015**

piso não existe estampa e sim, a utilização da diferenciação de cor para organização do espaço, sendo que a proposta não resolve as questões das galerias técnicas tão necessárias e não contempladas.

Marco Antonio Ramos de Almeida concordou que o piso em estampa só cria confusões visuais, dificultando a execução e manutenção, e que o melhor seria o piso de cor única. Ressaltou que acredita que com as peças pequenas não serão obedecidas as regras de reposição, o que não ocorreria com peças definidas em tamanho maior, que possibilitariam cortes em detalhes. Quanto à ciclovia, disse que a bicicleta sobre o calçadão é um problema se não sinalizado, e a questão seria de colocar regras para transitar apeado, empurrando a bicicleta nas áreas pedestrializadas. Segundo ele, o trânsito de bicicletas só deveria ser permitido à guarda civil. Completou que a Rua Sete de abril é uma área de abastecimento, para as áreas de entorno e para o calçadão. E, que obras nesse local, no momento, iriam exigir transferência de áreas de abastecimento, sendo melhor fazer o teste em outro lugar, como a ladeira da Rua Miguel Couto, por exemplo, ressaltando que a pior escolha seria a Rua Sete de Abril. Disse que acredita que o fundamental é a gestão, processo que já poderia ser iniciado, com o estudo sobre o modelo e com o planejamento da implementação, em pequenas etapas, aplicando um sistema integrado de gestão.

Suely Mandelbaum disse que dada à importância do fomento para o uso residencial, deveria ser facilitado o acesso de uma mãe com carrinho de criança, um cadeirante, automóvel para locomoção de idosos, dos moradores com suas compras.

Lia Mayumi ressaltou que a paginação do piso deveria ser a mais neutra possível, e considera que a proposta apresentada é poluída. Perguntou se materiais como chiclete e óleo serão atendidos pelo reagente agregado ao piso; quais serão as diretrizes para o mobiliário urbano. Disse que quanto às bicicletas, estas poderiam ser levadas na mão, como são normas em calçadas no exterior. Atentou para a necessidade de implementação piso tátil e da sinalização, reforçando a opção de paginação de piso de que quanto mais neutra melhor. Lembrou que a Rua Sete de abril e a Rua 24 de Maio estão nas bordas do calçadão, como áreas de carga e descarga, sendo perigoso interferir, podendo agravar e transferir a demanda sem planejamento, portanto sugere a Rua Marconi. Perguntou qual seria o melhor momento para avaliar o projeto e questões de como e para onde irão as toneladas de piso a ser retirado, dado que é um material valioso útil para ser reutilizado na manutenção de outros lugares da cidade. Ressaltou a importância de que conste no caderno de gestão a proibição de pinturas sobre o piso para programas, turismo.

Gustavo Partezani Rodrigues disse que vê as críticas como sugestões já que estamos construindo o projeto.

Dado disse que defende o projeto piloto como forma de análise das áreas objeto de intervenção. Quanto à paginação a visão foi a de não criar homogeneização, já que as cores são discretas com 3 nuances de cinza. Sobre a opção de galerias técnicas, a análise foi feita junto com CONVIAS/SIURB, e essa opção tende a ser muito mais clara para a região do Vale. Quanto à dimensão e cor do material do piso, a ideia foi de um pavimento que criasse o menor impacto possível com o patrimônio histórico. Na região do calçadão do Centro a circulação de bicicletas poderá ser indicada a forma apeada, porém há a questão de como deve ser analisado a viabilidade do transporte, hoje, muito utilizado para os produtos por meio de bicicletas. Sobre a escolha da Rua Sete de Abril, esta foi proposta pelo CET, que oferece alternativas para a carga e descarga.

Marco Antonio Ramos de Almeida disse que a CE da OU Centro tem atribuições legais, mas qual seria o papel da CET, se é ela quem decide ou será o arquiteto quem decide, e o que a CE decide? Quais seriam as prerrogativas da CE? Complementou que a CE da OU Centro sempre propôs uma gestão mais interativa, tornando seu papel de integradora com todos os demais setores. Gustavo Partezani Rodrigues disse que se tratava do debate de uma proposta, não uma decisão, o que leva a possibilidade de contribuição da CE da OU Centro, respeitando os estudos sistemáticos de cada órgão. A ideia é propor e debater, aprimorando as decisões. Este é um espaço democrático e participativo, destinado a uma construção coletiva.

Dado disse que a escolha das placas para acesso a caixa de serviço são decisões técnicas. Quanto ao incremento ao uso residencial, este é visto como um ganho e tratado como diretriz no intuito de trazer maior qualidade ao Centro. O agregado químico na composição do piso é um elemento eficaz de limpeza dos agentes orgânicos. Os materiais do mosaico e do granito que hoje compõem o calçadão terão um destino controlado, tanto para uso ou reuso, e todos serão considerados patrimônio municipal. Disse que concorda de não ter pintura sobre o piso do calçadão, como o que ocorreu com a pintura das ciclofaixas.

Lia Mayumi disse que padrão de piso homogêneo é uma questão de conforto visual, não necessariamente ligado à interação com o patrimônio histórico e, ocorrendo a implementação do projeto piloto, perguntou se haverá espaço para críticas e sugestões, e como serão absorvidas as considerações e recomendações? Gustavo Partezani Rodrigues informou que a

**ATA DA 117ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA OPERAÇÃO URBANA CENTRO**

Realizada em 29 de outubro de 2014 / horário: 10 h  
Rua Líbero Badaró 504 / sala 104 / 10º andar do Condomínio Martinelli / SP – URBANISMO

**com correções solicitadas pela AVC \_ março de 2015**

respeito de propostas e sugestões, só são colocadas no site da *Gestão Urbana* quando ocorrer viabilidade e consenso, por parte dos órgãos diretos e responsáveis da PMSP.

Marco Antonio Ramos de Almeida destacou a importância da CE da OU Centro interagir com todos os seus representantes, propondo que sejam atualizados e disponibilizados os endereços eletrônicos de cada um para incentivar a discussão dos temas a serem apresentados em reuniões ( CE e GTT), ou de outros de interesse da OUC, inclusive no período de tempo entre as reuniões. Disse que gostaria entender e compreender quais as reais possibilidades e ações compatíveis às atribuições da CE da OU Centro. Gustavo Partezani Rodrigues respondeu que é preciso preparar a renovação dos quadros para 2015, atualizar e criar portarias que se fizerem necessárias. Propôs que os técnicos da SP - Urbanismo preparem um material para discussão do papel da CE da OU Centro para a próxima reunião, tal como uma listagem de ações legais de sua alçada. Sugeriu que seja revisto o horário das reuniões - para 2015 - alterando o início das reuniões para às 9h, como também, que possam ser reuniões ordinárias bimestrais e reuniões extraordinárias específicas, para maior possibilidade de aprofundamento dos temas.

Eneida Heck propôs apresentar o Calendário de reuniões de 2015, reservando as datas para as últimas quartas feiras de cada mês. Esclareceu que a emissão da nova portaria depende do retorno das indicações dos representantes e que, até agora, não foram devolvidas por algumas entidades integrantes da CE.

Gustavo Partezani Rodrigues agradeceu a colaboração e sugestões de todos os presentes. Considerou encerrada a reunião às 12:40h.

*ata elaborada por Jair Zanelato / Eneida Heck / ata 117ª ord / outubro de 2014 / gou / dgf / sp urbanismo\_ fontes: anotações Jair Zanelato e Vladimir Ávila /arquivo de áudio.*  
[www.spurbanismo.sp.gov.br](http://www.spurbanismo.sp.gov.br)